



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE MICRO E PEQUENA EMPRESA, TRABALHO E QUALIFICAÇÃO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - JUCEPE

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR INTERNET

Código de Autenticação 126C.9075.B775.5C13

Certidão gerada em 10/10/2018 13:04:07

PROTOCOLO SIARCO 18/837546-5

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR INTERNET

EMPRESA UNITERRA UNIAO TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇOES LTDA
NIRE 26.2.0112387-0
ATO 002 - ALTERAÇÃO
EVENTO(S) 021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO

ASSINADO POR

AUTENTICIDADE 126C.9075.B775.5C13

Autenticidade <http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=126C9075B7755C13>

Recife, 10 de outubro de 2018

André Ayres Bezerra da Costa
André Ayres Bezerra da Costa
Secretário Geral



Documento disponibilizado a 072.834.214-67 - Priscilla Raphaely Campel
Data do download - 19/12/2018 03:44:30
Código de Autenticação 126C.9075.B775.5C13
Junta Comercial de Pernambuco
Autenticidade <http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=126C9075B7755C13>

Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2011, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º

CHANCELA DIGITAL

NIRE 26.2.0112387-0
Nº PROTOCOLO 18/837546-5 PROTOCOLADO 10/10/2018 11:15:27
Nº ARQUIVAMENTO 20188375465 ARQUIVADO 10/10/2018 13:04:07
EMPRESA UNITERRA UNIAO TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇOES LTD



INSTRUMENTO PARTICULAR DE DÉCIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA "UNITERRA - UNIÃO TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA." na forma abaixo.

Pelo presente instrumento particular, as partes a seguir nomeadas e qualificadas, a saber:

• **ANA MARIA PEREIRA SAMPAIO ALVES**, brasileira, casada sob o regime da comunhão universal de bens, empresária, nascida em 20/05/1955, inscrita no CPF/MF sob o nº. 096.009.144-00, portadora da Cédula de Identidade nº. 1.101.304, expedida pela SSP/PE, residente e domiciliada à Rua Almirante James Norton, nº. 107, no bairro da Caxangá, CEP: 50.800-240, Recife – PE.; e

• **SORELY MARIA PEIXOTO ALVES**, brasileira, solteira, empresária, nascida em 02/06/1967, inscrita no CPF/MF sob o nº. 482.056.804-34, portadora da Cédula de Identidade nº. 3.182.591, expedida pela SSP/PE, residente e domiciliada à Rua Ministro João Alberto, nº. 230, no bairro da Iputinga, CEP: 50.800-095, Recife – PE.,

únicas sócias da sociedade empresária limitada denominada **UNITERRA – UNIÃO TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA.**, sociedade com sede na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, na Rua da Aurora, nº. 325, Edifício Ébano, sala 1011, Caixa Postal 112, Bairro da Boa Vista, CEP.: 50.050-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.724.778/0001-79, com seus atos societários arquivados na JUCEPE sob o NIRE nº. 26201123870, doravante designada, simplesmente, ("**Sociedade**"), **RESOLVEM**, como resolvido têm, alterar o contrato social da Sociedade, tudo de acordo com as cláusulas e estipulações contidas nos itens abaixo, as quais, mutuamente, outorgam, pactuam e aceitam, obrigando-se a cumpri-las por si e por seus herdeiros e sucessores a qualquer título, ficando revogadas todas as cláusulas e disposições em contrário.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

• Resolvem as Sócias, por unanimidade, alterar a administração da Sociedade, a qual será administrada unicamente pela sócia **Ana Maria Pereira Sampaio Alves**.

• Em razão da alteração da administração da sociedade, a cláusula da administração passa a vigorar com a seguinte nova composição:

*A Sociedade será administrada unicamente pela sócia **Ana Maria Pereira Sampaio Alves**, com os poderes e atribuições de administração dos negócios da Sociedade, estando autorizada a usar o nome empresarial, exercendo os poderes gerais de administração, e, especialmente: a) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, emitir e endossar cheques e ordens de pagamento com qualquer instituição bancária e financeira oficial ou privada estabelecida no território nacional, inclusive junto a qualquer Agência da Caixa Econômica Federal operando seja em qual carteira for; b)*



Karime Mendes de Azevedo
Analista de Processos - Port. 15/2014
Unidade de Análise de Processos
1824 1889

1



01 01 01

343000

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 10/10/2018
	SOB Nº: 20188375465
	Protocolo: 18/837546-5
Empresa: 26 2 0112387 0	
UNITERRA UNIAO TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA	
	
ANDRÉ AYRES BEZERRA DA COSTA	
SECRETARIO-GERAL	

1710 1817

1824 1889



emitir, aceitar e endossar duplicatas, letras de câmbio e outros títulos de crédito; c) representar a sociedade junto a Repartições Públicas Federais, Estaduais e Municipais; d) nomear prepostos que eventualmente possam vir a representar a sociedade perante a Justiça do Trabalho; e) receber citações, notificações e intimações judiciais; f) transigir, acordar, renunciar, desistir, confessar dívidas, firmar compromisso, constituir procuradores, devendo, em qualquer caso, ser especificado nos instrumentos de procuração a vigência, os atos e operações que poderão praticar.

No exercício da administração, a administradora terá direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

A administradora declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou da propriedade (Art. 1.011, parágrafo 1º, CC/2002).

CLÁUSULA SEGUNDA – CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

- Em decorrência da alteração disposta na cláusula anterior, resolvem as sócias **aprovar o novo Contrato Social da Sociedade**, que passa a vigorar com o seguinte novo texto, revogadas todas as disposições em contrário, a saber:

CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE

UNITERRA - UNIÃO TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA.

CNPJ/MF nº. 02.724.778/0001-79

NIRE nº. 26201123870

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO E SEDE

- A **Sociedade** é empresária do tipo limitada, denomina-se "**UNITERRA - UNIÃO TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA.**", e rege-se pelo presente contrato.

A **Sociedade** tem sua sede na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, na Rua da

Karime Mendes de Azevedo
Analista de Processos - Port. 15/2014
Unidade de Análise de Processos



Aurora, nº. 325, Edifício Ébano, sala 1011, Caixa Postal 112, Bairro da Boa Vista, CEP.: 50.050-000.

1010
JUPEPE

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO SOCIAL

- A sociedade tem por objeto social:
- Construção de edifícios;
- Administração de obras;
- Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica;
- Construção de obras de arte especiais;
- Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;
- Construção de rodovias e ferrovias;
- Incorporação de empreendimentos imobiliários;
- Obras de drenagem;
- Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração;
- Instalação e manutenção elétrica;
- Obras de fundações;
- Obras de terraplenagem;
- Obras de urbanização ruas, praças e calçadas;
- Obras portuárias, marítimas e fluviais;
- Serviços de engenharia;
- Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes.

Parágrafo único – A Sociedade exercerá seu objeto social diretamente ou em associação com terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, podendo participar do capital de outras empresas, como acionista, quotista ou de empreendimentos determinados, como sócia ostensiva ou oculta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE DURAÇÃO

- O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, tendo iniciado suas atividades

Karime Mendes de Azevedo
Analista de Processos - Port. 15/2014
Unidade de Análise de Processos
Mat. 2175-0

3

2



em 03 de setembro de 1998.

CLÁUSULA QUARTA – DO CAPITAL SOCIAL

- O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais), dividido em 2.100.000 (duas milhões e cem mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídas entre as sócias quotistas:
- A sócia **Ana Maria Pereira Sampaio Alves** é titular de 1.890.000 (hum milhão e oitocentas e noventa mil) quotas do capital social, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo a sua participação no capital social no valor de R\$ 1.890.000,00 (hum milhão e oitocentas e noventa mil reais);
- A sócia **Sorely Maria Peixoto Alves** é titular de 210.000 (duzentas e dez mil) quotas do capital social, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo a sua participação no capital social no valor de R\$ 210.000,00 (duzentas e dez mil reais).
- Conforme o caput da presente cláusula, o capital social fica distribuído entre as sócias da seguinte maneira:

Nome da Sócia	Nº. de quotas	Participação (%)	Valor do Capital Social (R\$)
Ana Maria Pereira Sampaio Alves	1.890.000	90,00	1.890.000,00
Sorely Maria Peixoto Alves	210.000	10,00	210.000,00
TOTAL	2.100.000	100,00	2.100.000,00

CLÁUSULA QUINTA – DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

- As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e de preço, o direito de preferência para a sua aquisição.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE DAS SÓCIAS

- A responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor de suas quotas, mas ambas respondem solidariamente pela integralização do capital social (art. 1.052, CC/2002).

Karime Mendes de Azevedo
Analista de Processos - Port. 15/2014
Unidade de Análise de Processos
Mat. 2175-0



CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADMINISTRAÇÃO

- A Sociedade será administrada unicamente pela sócia **Ana Maria Pereira Sampaio Alves**, com os poderes e atribuições de administração dos negócios da Sociedade, estando autorizada a usar o nome empresarial, exercendo os poderes gerais de administração, e, especialmente: a) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, emitir e endossar cheques e ordens de pagamento com qualquer instituição bancária e financeira oficial ou privada estabelecida no território nacional, inclusive junto a qualquer Agência da Caixa Econômica Federal operando seja em qual carteira for; b) emitir, aceitar e endossar duplicatas, letras de câmbio e outros títulos de crédito; c) representar a sociedade junto a Repartições Públicas Federais, Estaduais e Municipais; d) nomear prepostos que eventualmente possam vir a representar a sociedade perante a Justiça do Trabalho; e) receber citações, notificações e intimações judiciais; f) transigir, acordar, renunciar, desistir, confessar dívidas, firmar compromisso, constituir procuradores, devendo, em qualquer caso, ser especificado nos instrumentos de procuração a vigência, os atos e operações que poderão praticar.

Parágrafo único – No exercício da administração, a administradora terá direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

- A administradora declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou da propriedade (Art. 1.011, parágrafo 1º, CC/2002).

CLÁUSULA OITAVA – DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

- O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.
- O balanço geral será levantado em 31 de dezembro de cada ano, cabendo às sócias, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA NONA – DO FALECIMENTO E INTERDIÇÃO DE SÓCIO

- Falecendo ou havendo a interdição de qualquer sócio, a Sociedade continuará com os herdeiros ou sucessores daquele. Não sendo possível ou inexistindo interesse, apurar-se-ão os haveres em balanço geral, que se levantara, conforme entendimento vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Karime Mendes de Azevedo
Analista de Processos - Port. 15/2014
Unidade de Análise de Processos



- Fica eleito o foro da Comarca do Recife, estado de Pernambuco, para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por assim estarem certas, justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 01 (uma) via de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, que abaixo assinam, a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Recife, 19 de setembro de 2018.

Ana Maria Pereira Sampaio Alves
ANA MARIA PEREIRA SAMPAIO ALVES

CPF/MF nº. 096.009.144-00

Sorely M. Peixoto Alves
SORELY MARIA PEIXOTO ALVES

CPF/MF nº. 482.056.804-34

TESTEMUNHAS:

Marta de Fátima Vaz

Nome: Marta de Fátima Vaz

R.G.: J. 074.210 - SSP-PE

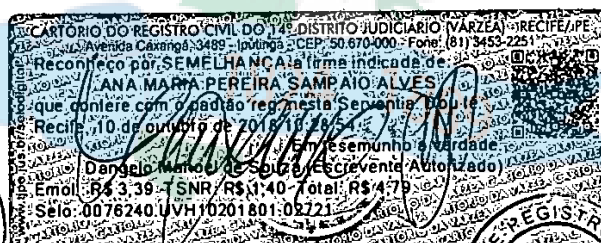
End.: R. José Bonifácio 1750-502

Helida Kallyne Z. da Silva

Nome: Helida Kallyne Z. da Silva

R.G.: 507.341-3 SSP/PE

End.: R. Padre Capuço, 258/A/003.



Karime Mendes de Azevedo
 Analista de Processos - Port. 15/2014
 Unidade de Análise de Processos
 Mat. 2175-0

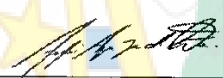
Visto do Advogado:



Renato de Mendonça Canuto Neto

OAB/PE nº 16.114

10/10/2018
10:00

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO	
CERTIFICADO O REGISTRO EM: 10/10/2018	
SOB Nº: 20188375465	
Protocolo: 18/837546-5	
Empresa: 26 2 0112387 0	
UNITERRA UNIAO TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA	
 ANDRÉ AYRES BEZERRA DA COSTA SECRETARIO-GERAL	

Página final da Décima Primeira Alteração e Consolidação do Contrato Social da UNITERRA – UNIÃO TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA.

1710 1817

1824 1889

Karime Mendes de Azevedo
Analista de Processos - Port. 15/2014
Unidade de Análise de Processos



